



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIPÓ
ESTADO DE MINAS GERAIS**



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 025/2022

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINA PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI
CELEBRAM PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIPÓ E
**MINAS BRASI TERRAPLANAGEM E SERVIÇOS
LTDA.**

O **MUNICÍPIO DE MATIPÓ/MG**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 18.385.104/0001-27, com sede na Praça da Independência, nº 242, Centro, CEP 35.3367-000, Matipó/MG, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Fábio Henrique Gardingo, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **MINAS BRASI TERRAPLANAGEM E SERVIÇOS LTDA**, estabelecida à Rodovia BR 262 KM 93,5, Galpão , Pereira Lima, Abre Campo-MG CNPJ nº.08.486.422/0001-20, pelo seu representante infra-assinado, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o resultado do **Processo Licitatório nº 010/2022 - Pregão nº 008/2022**, firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei nº 8.666/93 Lei nº 10.10.520/02 e as condições seguintes:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

- 2.1 – O presente instrumento tem por objetivo a Locação de máquinas pesadas e caminhões para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Matipó.
- 2.2 – É parte integrante e complementar deste contrato, independentemente de transcrição, o procedimento licitatório com toda sua documentação que lhe deu causa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA.

- 3.1 – O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ainda ser prorrogado, na forma do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93

CLAUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO.

- 4.1 – A CONTRATADA arcará com todas as despesas relativas a operador, combustível, óleo lubrificante e demais suprimentos, lavagem, manutenção mecânica preventiva e corretiva,



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIPÓ
ESTADO DE MINAS GERAIS**



incluindo os serviços de funilaria, pintura, troca de pneus, lubrificação, substituição de peças e quaisquer outras despesas inerentes.

4.2 - O CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da licitante para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subcontratados, etc.

4.3 - O presente instrumento de contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação com terceiros, sem autorização prévia do município por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

4.4 - O município exigirá da CONTRATADA o quantitativo de máquinas que julgar necessário, para execução dos serviços de forma rápida, eficiente e economicamente vantajoso para a comunidade.

CLAUSULA QUINTA – DO VALOR E PAGAMENTO.

5.1 - As faturas serão emitidas em reais.

5.2 - O presente contrato terá o valor global de R\$1.818.000,00 (Um milhão e oitocentos e dezoito mil reais).

5.3 - O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de acordo com a efetiva execução por parte da contratada, em conferência com as suas eventuais solicitações, após o cumprimento das obrigações contábeis e financeiras de praxe, até o dia 20 do mês subsequente ao vencido.

5.4 - Como condição de pagamento, a CONTRATADA deverá manter-se durante a execução do contrato todas as condições de habilitação apresentadas no certame.

5.5 - Os pagamentos à CONTRATADA somente serão realizados mediante a efetiva execução dos serviços nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio de atestado de recebimento a ser expedido pela Secretaria Solicitante.

5.6 - A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.

5.7 - Identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à licitante para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado no subitem 5.3 será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIPÓ
ESTADO DE MINAS GERAIS**



5.8 - O pagamento devido pelo CONTRATANTE será efetuado por meio de depósito em conta bancária a ser informada pela CONTRATADA ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.

5.9 - Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da licitante sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto do contrato.

5.10 - Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a CONTRATADA dará ao município plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

6.1 – Os recursos financeiros para o pagamento desta despesa correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias:

02.12.02.15.452.0022.2.061.339039 – Ficha 881

02.12.03.26.782.0032.2.070.339039 – Ficha 959

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES.

7.1 – Este contrato poderá ser alterado com as devidas justificativas unilateralmente pela administração ou por comum acordo entre as partes nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93;

7.2 – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar na mesma condição deste, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários para o serviço até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) conforme preceitua o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93;

CLAUSLA OITAVA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

8.1 - O Município e a CONTRATADA poderão restabelecer o equilíbrio econômico / financeiro da contratação, nos termos do artigo 65, inciso II, letra "d", da Lei nº 8.666/93, por repactuação precedida de cálculo e demonstração analítica devidamente fundamentada do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação de preços e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIPÓ
ESTADO DE MINAS GERAIS**



8.666/93, salvo a superveniência comprovada de motivo de força maior desde que aceito pela administração;

11.2 – O atraso injustificado da CONTRATADA, para executar os serviços ora contratados, sujeitá-la-á à multa de mora no valor de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia excedente, sobre o valor global do contrato;

11.3 – Na hipótese da CONTRATADA descumprir as obrigações assumidas neste contrato, no todo ou em parte, ficará sujeita ainda, a juízo do CONTRATANTE, às sanções previstas nos art. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93;

11.4 – A inexecução total ou parcial de uma das cláusulas do contrato poderá ensejar sua rescisão pela administração, com as consequências previstas nos art. 77 e 80 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no art. 87 da mesma lei;

11.5 – O atraso injustificado na execução do contrato (art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93) acarretará em penalidades para a CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL.

12.1 – A rescisão contratual poderá ser:

12.1.1 – Determinada por ato unilateral e devidamente fundamentado pela administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

12.1.2 – Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente, desde que haja conveniência para administração;

12.2 – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela administração, com as consequências previstas no item 11.4 deste contrato;

12.3 – Constituem motivos para rescisão, o previsto no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

12.4 – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVI do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

12.5 – A rescisão contratual pelos motivos previstos no inciso I do art. 78 acarretará todas as consequências previstas no art. 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE.

13.1 – Extrato do presente instrumento deverá ser publicado no lugar de costume da Prefeitura Municipal, como condição indispensável para sua eficácia.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIPÓ
ESTADO DE MINAS GERAIS**




CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO.

14.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Abre Campo – MG, como competente para conhecer e dirimir quaisquer dúvidas ou questões resultantes deste contrato, em prejuízo a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou se torne.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, prometendo-se por si ou seus sucessores ao fiel cumprimento do que neste instrumento está pactuado.

Matipó/MG, 22 de fevereiro de 2022.


**MUNICÍPIO DE MATIPÓ/MG
FÁBIO HENRIQUE GARDINGO
PREFEITO MUNICIPAL**


MINAS BRASI TERRAPLANAGEM E SERVIÇOS LTDA.

Testemunhas:

1 -



CPF: 124.305.946-09

2 -



CPF: 148.906.246-08